

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESTADO: SANTA CATARINA, DO CONTESTADO AO AGRONEGÓCIO

The construction of a new state: Santa Catarina, from Contestado to agribusiness

Diego da Luz Rocha¹
Angela Zatta²
Nilson Cesar Fraga³

Recebido em: outubro de 2017
Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

No presente trabalho buscou-se analisar o processo de formação agroindustrial catarinense através da compreensão histórica das transformações do território da região do Contestado, desde a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que transformou o modo de vida dos caboclos, até a formação agroindustrial e industrial do Estado de Santa Catarina. Através de um levantamento bibliográfico, o artigo apresenta um referencial teórico para compreender a nova atividade econômica do Meio-Oeste catarinense, pautada na agroindústria e fomentada por diversas ações governamentais. Sem deixar de lado a industrialização brasileira, apresenta-se como a indústria de alimentos catarinense se desenvolveu a partir dos anos de 1940, ganhando destaque nacional.

Palavras-chave: Industrialização brasileira; Industrialização catarinense; Agroindústria.

Abstract

In the present work we sought to analyze the process of Santa Catarina agroindustrial formation through the historical understanding of the transformations of the territory of the Contestado region, from the construction of the São Paulo - Rio Grande Railway, which transformed the way of life of the caboclos, to the agroindustrial and industrial formation of the State of Santa Catarina. Through a bibliographical survey, the article presents a theoretical reference to understand the new economic activity of the Midwest of Santa Catarina, based on agroindustry and fomented by several governmental actions. Without neglecting the Brazilian industrialization, it is presented how the food industry of Santa Catarina developed from the 1940s, gaining national prominence.

Keywords: *Brazilian industrialization; Industrialization of Santa Catarina; Agribusiness.*

INTRODUÇÃO

Falar sobre a importância da agroindústria regionalmente e nacionalmente implica em ressaltar o momento em que as atividades de armazenamento de banha e processamento de carne tiveram início no estado de Santa Catarina. Segundo Espíndola

(2002), os primeiros investimentos deste sentido foram realizados nas regiões de colonização alemã, com a liderança de capitais comerciais, como é o caso da Salinger e Cia. Jensen, enquanto no Sul do estado, as inversões aconteceram somente por volta do fim do século XIX e início do século XX. Isto porque antes dessa forma de produção chegar em Santa Catarina, o estado do Rio Grande do Sul era um dos maiores produtores nacionais de banha. E com o advento da Primeira Guerra Mundial, tornou-se visível um aumento do mercado interno brasileiro, devido a demanda por soldados, o que valorizou a produção agrícola de inúmeras regiões do país. Aliado a isto, houve o crescimento da pequena produção mercantil no Sul do país (MAMIGONIAN, 1986).

Espíndola (2002) pontua que o surgimento da indústria da carne do Sul do Brasil, se deu quando o excedente econômico ficava na região, possibilitando que o pequeno agricultor pudesse acumular capital em sua propriedade. Nesse período, o Oeste de Santa Catarina deu início ao processo de beneficiamento de carne no século XX, quando migrantes alemães vindos do Vale do Itajaí se instalaram na região, tendo participação dos italianos vindo do norte do Rio Grande do Sul.

Espíndola (2014) demonstra que o processo de ocupação da zona meio-oeste do estado é resultado da assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, ao teórico final da Guerra do Contestado, e da conclusão da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Fato é que após 1916, as companhias colonizadoras como a Southern Brazil Lumber & Colonizations Co., a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia (Caxias do Sul/RS) e capitais comerciais de Porto Alegre (como Bertaso), entre outras, intensificaram o comércio destas terras ao retalha-las em lotes de 200 a 300 metros de largura por 1 quilômetro de profundidade aos limites das grandes fazendas pecuárias existentes em municípios como Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes e Água Doce. Tais lotes foram vendidos aos descendentes de italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul e em sua maioria contavam com áreas destinadas a campo de culturas e matas para obtenção de madeira para construção de casas, estábulos e instrumentos de trabalho.

A possibilidade de esses descendentes de europeus tornarem-se proprietários dos meios de produção em decorrência do baixo preço da terra, fertilidade natural e relativa abundância de terras, e, por consequência, de ascensão social, motivou a vinda para o quadro urbano do oeste catarinense, de pequenos artesãos, padeiros, sapateiros, comerciantes, etc. Dentre eles, destacam-se Giocanni Riccardo Brandalise e Attilio Fontana (ESPINDOLA, 2014, p.1868).

É conveniente destacar que Fraga (2010) mostra que para colonizar as terras recebidas como pagamento pela construção da Estrada de Ferro, a Brazil Railway Company tratou de colocar para fora de seus domínios todas as pessoas que ocupavam terras sem possuir títulos de propriedade a partir de 1911. A iniciativa, bem como a concessão feita à companhia, contrariava a Lei de Terras de 1850, mas o governo paranaense (cujo vice-presidente do Estado, Affonso Camargo, era advogado da Brazil Railway) reconheceu os direitos da empresa. “Aos posseiros que ousava se opor às medidas de despejo, a Brasil Railway enviava elementos de seu corpo de segurança, que contava com 200 homens armados” (FRAGA, 2010, p. 123).

No mesmo ano, com o intuito de explorar as terras obtidas às margens da ferrovia, a Brazil Railway criou uma nova companhia subordinada: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Ela e a Brazil Development & Colonization Company protagonizaram as grandes transformações após a inauguração da ferrovia na região do Contestado (VALENTINI, 2009). Com o grande interesse do Governo brasileiro na ocupação efetiva do território e a identificação do desejo dos imigrantes europeus localizados no Centro-Oeste de se tornarem proprietários de terras, o que naquela região era praticamente impossível em decorrência do sistema de colonato, seus descendentes passaram a se fixar em território contestadense.

Os revoltosos foram combatidos pelas forças da nascente república que empregou tropas de infantaria, da cavalaria, da engenharia e da artilharia, para “impor a ordem à lei e afugentar bandos de fanáticos” que era, na verdade,

toda uma população “cabocla”, recém-instalada na região, ofendida em seu brio e ameaçada em sua estabilidade, acostumada a lutar mais do que os soldados, pois a impetuosidade, a valentia e a bravura corriam no sangue de suas veias desde há muitos anos (COSTA, 1982 *apud* FRAGA, 2010, p. 82).

Durante o período da Guerra do Contestado, a empresa colonizadora passou a colonizar as terras obtidas por concessão às margens da ferrovia, destinando-as a imigrantes estrangeiros, em detrimento dos brasileiros, especialmente dos posseiros que as ocupavam antes da construção. Vê-se que, “embora a Lei de Terras de 1850 fosse contrária à concessão feita pelo Império e pela República” (FRAGA, 2010, p.123), a Brazil Railway Company assumira o compromisso com a colonização e deveria fazê-lo dentro do prazo estabelecido. Para dar cabo a esta empreitada, a ação do corpo de segurança organizado por Stenghel foi fundamental na expulsão do caboclo de suas terras.

Os serviços de colonização foram incumbidos a Mr. Cole, profissional de grande sucesso como chefe dos serviços de colonização da Canadian Pacific Railroad Company e “responsável pelo estabelecimento de imigrantes poloneses nas diversas colônias à margem das linhas da EFSPRG” (VALENTINI, 2009, p. 129). Foi através das companhias colonizadoras como a subsidiária da BRC, e depois do genocídio do povo caboclo de 1912 a 1916, que ocorreu a efetiva ocupação da região contestada, desta vez realizada por imigrantes e migrantes europeus e seus descendentes, uma população vista pelos olhos da história como mais adequada a suportar os avanços do capitalismo.

Território, (agro)indústria e cidades: conceitos iniciais

Antes mesmo de começar a discutir sobre dinâmica industrial, é necessário ter ciência do conceito espaço que dará base para o entendimento ao longo da discussão. Para definir o espaço buscou-se em Santos (1996):

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 1996, p. 71).

Raffestin (1993, p. 144) também contribui quando se trata do conceito espaço. Segundo o autor "o espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, um 'dado' como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação". Percebe-se que o espaço é algo anterior a qualquer tipo de ação humana sobre a natureza ou qualquer transformação da paisagem, o espaço preexiste a essas ações.

Isto quer dizer que o espaço é um fim em si mesmo, no sentido que é anterior às ações humanas e ao mesmo tempo toma forma através delas. Ele é dado ao geógrafo tanto como um objeto de estudo geográfico quanto como algo a ser produzido a partir da ação e transformação humanas. Se antes tínhamos um espaço geográfico dado pela natureza, esta relação já não é mais válida à medida que se passa a perceber as transformações infringidas pelo homem sobre a paisagem, especialmente depois da criação das indústrias e meios de produção de massa.

No caso da dinâmica industrial brasileira, pode-se retornar à década de 1950 para encontrar uma estrutura industrial capaz de atender às necessidades do país, preparando-se para apresentar sinais de crescimento nas décadas posteriores. Mesmo que o país se caracterizasse como exportador de matéria-prima, podia-se notar a presença mais

significativa de indústrias na região Sudeste, sendo esta com maior destaque a nível nacional de produção industrial, fazendo parte de uma dinâmica que iria desde a indústria de bens de consumo até a indústria pesada (TAVARES, 1998).

No contexto internacional, os países centro do capitalismo estavam passando por inúmeras dificuldades para manter suas indústrias em funcionamento. Vale lembrar que a economia mundial ainda se recuperava dos efeitos devastadores da Segunda Guerra Mundial e logo enfrentaria a crise do petróleo na década de 70, o que causou uma recessão da produção industrial nos países desenvolvidos, obrigando as grandes empresas a buscar outras localidades que oferecessem mão de obra barata e custos baixos (LAPLANE, 1992).

É nesse momento que os países em desenvolvimento, que apresentavam uma estrutura industrial satisfatória, exportadores de recursos naturais, lançaram programas que ampliaram a capacidade de extração e processamento da matéria-prima, algo possível somente com a implantação de tecnologias na estrutura industrial do país. Nesse sentido, o Brasil se beneficiou com a ampliação de sua base industrial, pois o estágio de crescimento da indústria era propício para investimentos, havendo facilidade ao acesso de créditos para a indústria pesada. Além disso, o Estado promoveu um alto investimento para atender ao setor no que fosse preciso, destacando-se a malha viária, transportes, energia e comunicação.

Essa reformulação na estrutura industrial do Brasil e a política de nacionalização da época possibilitaram um dinamismo industrial, onde a diversificação da produção trouxe consequências como a substituição da importação e um aumento da exportação do produto nacional. Isto porque a atual fase depressiva do capitalismo tem início após 1973, sendo que no período de 1970 a 1980, os Investimentos Externos Diretos (IED) cresceram de US\$ 14 bilhões para US\$ 51 bilhões, sendo 98% determinados pelos países desenvolvidos, ao passo que os subdesenvolvidos responderam por uma fatia de 2% (ESPÍNDOLA, 2014).

Mediante o processo de industrialização brasileira, muitas indústrias surgiram como maneira substituir a importação e ter produtos sendo produzidos em solo brasileiro. No período que compreende a década de 1930, iniciava a mudança gradativa da população rural para espaço urbano (expressiva entre 1940 a 1980), devido ao processo de industrialização que requeria mão de obra. Andrade (1991), pontua algumas consequências do desenvolvimento industrial:

O desenvolvimento industrial, estimulando o crescimento da população urbana, e o surgimento de grandes núcleos populacionais concentrados,

criou a necessidade de abastecimento desses núcleos, as redes de estradas que possibilitaram a chegada aos mesmos dos produtos agrícolas. Esse crescimento se faz ora de forma *horizontal*, com a ampliação da área cultivada, ora de forma vertical, com o crescimento da produção por hectare cultivado - aumento da produtividade. Para se obter um crescimento vertical da produção, tanto em relação à área ocupada como em relação ao número de braços ocupados, a agricultura vem sendo racionalizada, com maior emprego de máquinas e a consequente mecanização das fainas agrícolas (ANDRADE, 1991, p. 214).

Com o aumento da população nos centros urbanos, houve a necessidade de aumentar a demanda por alimentos de qualidade para atender o número de pessoas que crescia a cada década em muitas cidades do país. Para ter uma ideia do rápido crescimento da taxa de urbanização, segundo Censo Demográfico (IBGE) de 1940 esta taxa correspondia a 26,35%, sendo que atingiu 68,86% em 1980. Para, então, atender a necessidade crescente dos centros urbanos, a modernização do campo veio para suprimir essa demanda, que segundo Graziano (1996):

O processo de modernização, ao mesmo tempo que implica a mercantilização intrasetorial da agricultura, promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extrasetoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de bens de capital e insumos para a agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 20).

A partir desse momento, observa-se mudanças na agricultura, caminhando para o que vamos chamar de agroindústria. Mas para que chegasse a se caracterizar como tal, houve um suporte que possibilitou o financiamento e a disponibilidade de créditos, fator pelo qual se estruturaram as agroindústrias, sobretudo em Santa Catarina. Na definição de agroindústria aborda-se que "as agroindústrias se diferenciam das demais empresas pelo controle total que conseguem manter sobre um outro produtor privado (agricultor), ditando as regras do jogo, de acordo com a necessidade de obtenção de matéria-prima" (ALBA, 2002, p. 31).

Pertile (2008) vai abordar o processo de instalação da agroindústria em Santa Catarina como o interesse do Estado em determinadas regiões, onde, segunda a autora:

No decorrer do processo de implantação e consolidação das agroindústrias em Santa Catarina, vale destacar o grande interesse do Estado em desenvolver a região Oeste sem, contudo, restringir os instrumentos de incentivos para a indústria e os serviços em outras regiões. No entanto, os agentes agroindustriais dessa região reconheceram a importância do poder público, recorrendo e se articulando com ele nas diversas esferas. Nessa relação de influências nas decisões políticas, grande parte dos recursos disponibilizados pelo

Estado foi direcionada para o crescimento de um grupo da região, o agroindustrial (PERTILE, 2008, p. 141).

Sobre o fortalecimento da agroindústria em Santa Catarina, Pertile (2008), afirma:

O desenvolvimento das atividades agroindustriais no estado foi fortalecido durante o processo de industrialização nacional. Nesse processo, de um lado, parte da pequena produção familiar conseguiu integrar-se às agroindústrias e garantir a comercialização dos produtos. De outro, aqueles que não conseguiram acompanhar o processo de modernização da agricultura, mas que sofreram suas consequências, transformaram-se nos mais pobres do campo. Para eles, a propriedade ou o acesso a terra garantiu apenas um modo de sobrevivência, aquém do que necessitavam. Com isso, foram conduzidos a buscar diferentes formas de assalariamento nas maiores cidades da região. Desse modo, a liberação de mão de obra do meio rural permitiu a disponibilidade de trabalhadores para os frigoríficos de carnes da região. Assim, algumas cidades, mesmo pequenas, ao instalarem um frigorífico, começam a receber população de outros municípios para trabalhar no abate de aves e/ou suínos. Essa parcela da população instala-se na cidade e passa a ser residente ou desloca-se diariamente para o trabalho (PERTILE, 2008, p. 184).

Com o avanço da agroindústria em Santa Catarina, a relação entre produtor e indústria foi definitivamente modificada. Com a necessidade de produzir mais e com qualidade, as agroindústrias começaram a produzir derivados da carne suína, como salames, defumados entre outros produtos industrializados (ICEPA, 2002). Quando a relação de controle é estabelecida entre o agricultor e a indústria que absorve a matéria-prima produzida por ele, inicia assim o que pode ser chamado de Complexo Agroindustrial, que segundo Müller (1989):

Entende-se por Complexo Agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias (MÜLLER, 1989, p.41).

Quando o autor menciona sobre unificação entre departamentos econômicos e todos os ciclos de produção, percebe-se o momento em que a indústria voltada à agricultura começa a ter incentivo de crédito para investimentos, desde o fornecimento de insumos ao agricultor até a saída do produto das indústrias, não esquecendo da infraestrutura necessária para realização desse ciclo. Esse avanço industrial na agricultura

iniciou na década de 1950, quando a industrialização brasileira estava crescendo, estendendo para agricultura (LOPES, 1993).

Mas também vale ressaltar o interesse do Estado na ligação do Oeste de Santa Catarina com o restante do estado e do Brasil, oferecendo infraestrutura necessária para as agroindústrias se instalem e escoem suas mercadorias. Pertile (2008), pontua:

O modo como as infraestruturas foram sendo disponibilizadas ao setor agroindustrial pelos municípios fez com que as empresas, de certa forma, passassem a exigir uma infraestrutura básica, para possibilitar a implantação de uma nova unidade industrial. E, não tendo, a princípio, outras possibilidades de emprego, os governos municipais, estaduais e mesmo federal, comprometeram-se com esse setor privado que buscou sempre o que quis de mais importante, o lucro em seus empreendimentos. Esse mesmo setor possibilitou, por outro lado, integrar a região com diversas outras regiões brasileiras e, posteriormente, também com outros países, por meio de seus produtos (PERTILE, 2008, p. 149).

É expressivo o incentivo que os governos deram para consolidação das agroindústrias na região Oeste de Santa Catarina, podendo caracterizar a região como efetiva integração a economia nacional com a expansão capitalista no Oeste catarinense (CAMPOS, 1987). A união entre interesses da iniciativa privada e da pública para beneficiar as grandes agroindústrias na região permite perceber como o capital se articula para reestruturar determinados locais, buscando atender as preocupações de como explorar as riquezas naturais e a força de trabalho em busca de maiores lucros. É partir desse debate que as cidades vão se estruturando, como também às indústrias.

Industrialização brasileira e catarinense

No início do século XX, no Brasil, havia um setor industrial pouco significativo, atendendo uma demanda agroexportadora, sendo que apenas algumas regiões do território brasileiro limitavam-se a ter indústrias. Mas, ao longo de algumas décadas, com advento da primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, (FURTADO, 1959) a intervenção do governo de Getúlio Vargas ocasionou uma mudança nas atividades industriais brasileiras. Sandroni (1989, p. 151) afirma que "no Brasil o processo de industrialização foi iniciado no final do século XIX, intensificado no final da década de 1930 - as vésperas da II Guerra Mundial e, após alguns refluxos, amadurecida na década de 1970".

Após a década de 1930, o Estado brasileiro investiu intensamente na criação de indústrias. Segundo Pertile (2008):

O Estado brasileiro realizou investimentos estratégicos e de altos custos e riscos. É desse período a fundação de empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Petrobrás, Eletrobrás, entre outras. Com a Industrialização, a economia ganhou um dinamismo próprio e iniciou o processo de substituição de importações, ou seja, passou-se a produzir no país o que antes era importado (PERTILE, 2008, p. 120).

A intervenção do Estado na economia foi importante para reestruturar o setor industrial brasileiro, dando condições claras para a produção de mercadorias nacionais, fazendo com que a indústria interna utilizasse a própria matéria-prima na produção. Conforme a população brasileira passou a consumir grande parte da produção industrial nacional, as exportações diminuíram.

No início do processo de industrialização, Mello (1998), considera duas fases importantes para compreensão:

Poder-se-iam distinguir duas fases do processo de substituição de importações: na primeira, a de industrialização extensiva, a substituição ocorre na faixa dos bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e bens de capital, cuja tecnologia exige baixa densidade de capital, e, mesmo, de bens de consumo duráveis "leves", produzindo-se um alargamento de capital, com uso abundante de mão de obra e expansão horizontal do mercado; na segunda, a de industrialização intensiva, a substituição envereda pelos bens de produção pesados e pelos bens duráveis de consumo de alto valor unitário, quando, então a utilização de técnicas intensivas de capital diminuiria o ritmo de crescimento do emprego industrial, dando lugar a uma expansão vertical do mercado, por meio do aumento da concentração de renda (MELLO, 1998, p. 99).

Mello (1998) deixa claro quais são as fases do processo de industrialização brasileira, iniciado com baixa tecnologia empregada no setor industrial e precisando, conseqüentemente, de muita mão de obra. Em um segundo momento, a tecnologia é o fator fundamental para o país, que começa a produzir produtos com alto valor, substituindo a importação para exportar produtos brasileiros.

Com atividades industriais voltadas para atender o mercado interno e com o crescimento de indústrias no Brasil, a partir da década de 1930, é possível notar o crescimento industrial. Paul Singer (1985) chama atenção sobre o número de pessoas empregas nas indústrias:

Em 1920, o operariado, manufatureiro ou industrial de 293.673 pessoas praticamente se perde numa população economicamente ativa de 9.566.840 de pessoas, das quais 66,7% trabalhavam no campo. Entre 1920 e 1940, prosseguiu o processo de industrialização e portanto de formação da classe operária, sem alterar de forma decisiva a estrutura

social do País. Em 1940, a classe operária era composta por 2.046.945 de trabalhadores, dos quais 960.663 (38,2%) na indústria de transformação e os restantes em serviços: governos, serviços sociais, transporte e comunicação (SINGER, 1985, p.57-58).

São dados que levam a perceber que o Brasil estava enfrentando um processo de industrialização muito acentuado, sendo que boa parte da população brasileira em 1920 trabalhava sobretudo no campo, em muitos casos, em lavouras de café. Para Mello (1998), o crescimento das atividades industriais aconteceu devido à acumulação de capital que teve condições no período da Primeira República. É possível perceber a mudança na estrutura econômica do país, quando Singer (1985) mostra o número de pessoas empregadas nas indústrias, revelando também a transferência gradativa da população rural para as cidades, já que ainda em 1920-1940 cerca de 66,7% da população trabalhava no campo. Nesses 20 anos, o total de pessoas trabalhando fora da área rural saltou para aproximadamente 85,68%, ou seja, em um curto espaço de tempo o número de pessoas empregadas nas indústrias e outros serviços mais que dobrou. Esses dados demonstram o crescimento da indústria nacional e o início de mudança na estrutura social brasileira.

No período entre 1930-1990, o crescimento de alguns setores foi decisivo para economia nacional. Conforma o gráfico, entre 1930-1940, o setor industrial teve crescimento superior ao da agricultura, acompanhado pelo PIB, já em 1940-1950, a indústria continua tendo alto índice de crescimento com a relação à agricultura. Em 1950-1960, o crescimento industrial estagnou, sendo que o PIB e a agricultura tiveram aumento significativo. Nas décadas de 1960-1970, houve uma redução do crescimento da indústria e, conseqüentemente do PIB, com a estagnação da agricultura. Vale ressaltar que as crises do petróleo em 1973 e 1979, também influenciaram nos dados de crescimento da indústria, bem como os choques dos juros externos e a alta inflação. Espíndola (2014) defende que a atual fase depressiva do capitalismo teve início após 1973, sendo caracterizada por:

(1) Expansão do comércio internacional, (2) implantação de políticas neoliberais, (3) retardamento do processo de “destruição criadora”, (4) financeirização mundial, (5) intensa oligopolização da economia, (6) aceleração das fusões e aquisições, e greenfieldprojects (investimentos novos) (ESPINDOLA, 2014, p.1866)

Nas décadas de 1970-1980, pode-se observar novamente a indústria e o PIB crescendo, devido ao milagre econômico que iniciou no final da década de 1960, dando condições para aumento da taxa de crescimento desses setores. As condições que ditaram a

taxa de crescimento da indústria e PIB, foram: a queda nas taxas de inflação e aumento das exportações.

Já nas décadas de 1980-1990, o Brasil passava pelo processo de redemocratização e desvalorização da moeda, refletindo no crescimento da indústria brasileira. Outros elementos responsáveis pelo baixo desempenho industrial do período foram a onda neoliberal, a globalização da economia e a privatização das empresas estatais, ocasionando um momento de instabilidade econômica nacional, além da elevação da inflação. A indústria foi a mais impactada nesse período, ficando negativa sua contribuição para o país (BRUM, 1997).

Silva (1976), em sua análise sobre a industrialização brasileira, contribui ao afirmar que o contexto econômico internacional fez com que a economia do Brasil tivesse uma transformação na forma de acumular o capital, possibilitando o surgimento de novas indústrias e o aumento da produtividade. Em 1930 o consumo nacional alcançou 90% dos produtos não-duráveis, realidade que mudou na década de 1990, alcançando 40%. Já o consumo durável e de intermediários, comparando-os a partir da década de 1930, tiveram crescimento satisfatório, sobretudo o primeiro. É interessante ressaltar o que Mello (1998) afirmou sobre o pouco uso de tecnologia, numa situação que se inverte em um segundo momento para produzir produtos com valor unitário muito alto.

É certo que houve uma série de fatores que deram condições para industrialização brasileira, seja a acumulação de capital, o cenário internacional, com a crise de 1929 e intervenção do governo brasileiro na economia a partir da década de 1930, ocasionando um crescimento significativo até a década de 1970 e levando o Brasil a ter um setor industrial diversificado, bem como o aumento das atividades industriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações no setor produtivo estenderam-se para os estados brasileiros. O estado de Santa Catarina iniciou o processo de industrialização a partir da década de 1940. Vale ressaltar que, antes da década de 1960, havia três grandes setores da indústria que predominavam o estado de Santa Catarina, sendo eles: a madeira, têxtil e alimentícios, que 1949 já representavam 72% da produção, caindo para 66,4% em 1959. Isto deixa claro o processo de industrialização e diversificação das atividades industriais, inserindo nesta lógica áreas como metalmeccânica e cerâmica a partir dos anos de 1960 (CUNHA, 1992). Embora a produção de madeira e têxtil continuem operando no estado, o setor alimentício

se sobrepôs aos demais, sobretudo na região Oeste de Santa Catarina com diversas agroindústrias distribuídas por esta região.

Para incentivar a produção industrial catarinense, o governo do estado adotou algumas medidas para, segundo (CUNHA, 1992), incentivar a dinamização das indústrias, sendo elas: bens de consumo, bens de consumo durável e consumo intermediário. Tal esforço foi direcionado para que o estado pudesse ter a implantação de novas tecnologias para participar do mercado nacional e, posteriormente, do mercado internacional. Para tanto, seria necessário fornecer as bases para que a produção em suas unidades industriais fosse aumentada, incluindo o setor alimentício por ser um dos que mais aumentava seu poder de atuação e produção no estado.

Observa-se que, historicamente, a indústria alimentícia é uma das mais antigas em funcionamento no estado de Santa Catarina, sendo a pioneira entre outros setores da economia estadual. Ao longo do século XX foi diversificando e fortalecendo sua produção. Segundo Pertile (2008):

[...] ao longo da década de 1930, as casas comerciais expandiram-se geograficamente ao Oeste de Santa Catarina, assim como o comércio de suínos com o Sudeste do Brasil. Um crescente número de produtores de suínos passou a vender o excedente da produção para os agentes intermediários, fazendo com que a suinocultura se firmasse como atividade comercial, resultando em maior integração da região no meio econômico nacional. Naquele momento, as indústrias do país estavam em desenvolvimento e necessitavam ampliar seu mercado, o que foi obtido com a extinção de barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados brasileiros. Isso representou um avanço no processo de integração do espaço nacional (PERTILE, 2008, p. 88-89).

De acordo com Mattos (1968):

Entre as diversas indústrias instaladas em Santa Catarina, a de produtos alimentares é a mais antiga, pois a sua história está intimamente ligada a vida dos pioneiros que para aqui vieram nas diversas tentativas de desbravamento do território e, posteriormente, com a instalação de vários núcleos de colonização (MATTOS, 1968, p. 67).

Mattos (1968) deixa claro a importância da indústria de alimentos no estado catarinense, que teve um maior crescimento a partir dos anos 1950, quando os frigoríficos deixaram de ser vistos de maneira isolada e passaram a ser um ramo da indústria catarinense. Pertile (2008), contribui quando aborda a questão do fortalecimento da indústria catarinense, ao pontuar:

Já no início da década de 1940, em meio a esse processo de integração, os comerciantes do Oeste de Santa Catarina sentiram que o comércio de

suínos vivos, até então lucrativo, começava a dar sinais de arrefecimento devido à dificuldade de competir com os frigoríficos estabelecidos em São Paulo. Desse modo, eles foram pressionados a redirecionar seus empreendimentos comerciais para o abate de animais. Começaram, assim, a separar a comercialização de banha e de carne suína. Com a necessidade de mudança no perfil do produto, originam-se os primeiros abatedouros na região, via associação e expansão de capitais comerciais locais. Inicialmente, ocorreu no Vale do Rio do Peixe, que possuía maior intercâmbio comercial com o estado de São Paulo (PERTILE, 2008, p. 89).

É nesse momento que as agroindústrias começam a ter destaques estadual e nacional, caracterizando o Oeste catarinense como o maior produtor de carne processadas do Brasil (GOULARTI FILHO, 2007).

Embora o setor de alimentos no Oeste de catarinense seja o mais antigo e um dos mais importantes para o estado, percebe-se o quanto o governo estadual incentivou o crescimento dessas empresas para ganhar o mercado regional, nacional e internacional. Alguns dos incentivos foram cruciais para que o produto que era fabricado no Oeste do estado chegasse em diversas cidades brasileiras. Um esforço realizado em uma região antes contestada e hoje pouco reconhecida pelo próprio governo que busca seu desenvolvimento 100 anos depois de fechar os olhos ao massacre cometido em território Contestado para dar espaço e vez a novos moradores, brancos moradores em sua maioria, capazes de fomentar o sistema capitalista e, posteriormente, agroindustrial.

REFERÊNCIAS

ALBA, Rosa S. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

BRUM, Argemiro. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CAMPOS. Indio. **Os colonos do Rio Uruguai**: relação entre a pequena produção e a agroindústria no Oeste Catarinense. 1987. 370 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Campina Grande, 1987.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias da carne do Sul do Brasil**. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2002.

_____. A internacionalização do agronegócio brasileiro de carnes: a trajetória da Brasil Foods. In: VI CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Carlos%20Jose%20Espindola.pdf>>

FRAGA, N.C. **Vale da Morte: o Contestado visto e sentido**. Blumenau: Editora Hemisfério Sul, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1959.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007.

GRAZIANO DA SILVA. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UICAMP, 1996.

ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Perspectivas para a agricultura familiar**. Horizonte 2010: Florianópolis, 2002.

LAPLANE, M. **O complexo eletrônico na dinâmica industrial dos anos 80**. 1992. 340f. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP.IE. 1992.

LOPES, Mauro. O poder das coalizões políticas de grupos de interesses de bloquear o desenvolvimento agrícola. In: **Desenvolvimento agrícola na década de 90 e no século XXI**. Ed. Ely Cardoso Teixeira. Viçosa: 1993, p. 106-129.

MATTOS, F. M. **A industrialização catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1968.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira**. 10 ed. Campinas: Unicamp, 1998.

MÜLLER, Geraldo. As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais. **Rascunho**. Araraquara, n. 1, p. 1-53, jun. 1989.

PERTILE, NOELI. **A formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense**. 2008. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Dicionário de economia**. 3. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1989.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo : Hucitec, 1996

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária: o que é classe operária?: a classe operária no Brasil: a sua formação e reprodução.** São Paulo: Atual; Capinas: Unicamp, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira.** Campinas: Unicamp, 1998.

VALENTINI, D. J. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do contestado: 1906-1916.** 2009. 301f. Tese (Doutorado em História) Porto Alegre: PUCRS, 2009.

¹Mestrando. Aluno do Departamento de Geociência da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: diego_ajuda@hotmail.com.

²Graduanda em Administração. UNOESC – Campus Videira. E-mail: angela@editoraeixto.com.br.

³Doutor. Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: nilsoncesarfraga@hotmail.com